

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ALTERAÇÕES RECENTES DA AGRICULTURA  
FAMILIAR ARTICULADA AO COMPLEXO  
AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO NO RIO GRANDE  
DO SUL (2005 -2013)**

**MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO**

**BRUNA TADIELO ZAJONZ**

**SANTA MARIA, RS, BRASIL**

**2015**

**ALTERAÇÕES RECENTES DA AGRICULTURA  
FAMILIAR ARTICULADA AO COMPLEXO  
AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO NO RIO GRANDE  
DO SUL (2005 -2013)**

**BRUNA TADIELO ZAJONZ**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), com requisito parcial para  
obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Inês Paetzhold Pauli**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Ciências Econômicas**

**A comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Graduação**

**ALTERAÇÕES RECENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR  
ARTICULADA AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO  
NO RIO GRANDE DO SUL (2005 -2013)**

Elaborada por  
**Bruna Tadielo Zajonz**

Com requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Econômicas**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Rita Inês Paetzhold Pauli, Dr.**  
(Orientadora)

---

**Clailton Ataídes de Freitas, Dr. (UFSM)**

---

**Roberto da Luz Júnior, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 09 de dezembro de 2015

Nunca permita que alguém corte suas asas, estreite seus horizontes e tire as estrelas do seu céu. Nunca deixe seus medos serem maiores que a tua vontade de voar. O valor da vida está nos sonhos que lutamos para conquistar.

(Autor desconhecido)

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Área plantada de tabaco no Rio Grande do Sul (em toneladas) .....	32
Quadro 2 – Quantidade produzida de tabaco no Rio Grande do Sul (em hectares) .....	32
Quadro 3 – Valor gerado no Rio Grande do Sul (R\$ mil) .....	33
Quadro 4 – Número de hectares da propriedade .....	34
Quadro 5 – Número de hectares com tabaco.....	35
Quadro 6 – Número de produtores de tabaco no Rio Grande do Sul.....	36
Quadro 7 – Atividades de origem animal nas propriedades.....	37
Quadro 8 – Atividades de origem vegetal nas propriedades.....	38

## **RESUMO**

Monografia de Graduação  
Curso de Ciências Econômicas  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ALTERAÇÕES RECENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR ARTICULADA AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO NO RIO GRANDE DO SUL (2005 -2013)**

AUTORA: BRUNA TADIELO ZAJONZ

ORIENTADORA: RITA INÊS PAETZOLD PAULI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 09 de dezembro de 2015.

O Estado do Rio Grande do Sul se destaca como o maior produtor de tabaco, compreendendo o maior número de propriedades fumicultoras e abrangendo a maior parte da produção nacional. Dessa forma, o enfoque principal do presente estudo consiste em descrever e analisar as mudanças recentes da agricultura familiar articulada ao complexo fumageiro gaúcho no período de 1005 a 1013. As variáveis de análise foram obtidas através dos dados da FEE, Afubra e NUPES, juntamente com entrevistas com pessoas-chave vinculadas ao setor produtivo. O Brasil aderiu a Convenção-Quadro de Controle ao Tabaco por meio da criação da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle de tabaco (CONICQ), a qual elabora medidas de desestímulo ao consumo do fumo, incentivando os produtores à reconversão produtiva desta cultura. Não obstante, a reconversão vem se mostrando como um processo lento e gradativo, devido ao ambiente econômico e social em que os produtores de fumo estão inseridos. No período analisado constata-se que as áreas com produção de tabaco no Estado diminuíram, contudo, a quantidade produzida não diminuiu na mesma proporção, um fator para este cenário seria a adesão de novas tecnologias nos processos produtivos. Por se tratar de pequenas propriedades familiares, percebe-se que os produtores sentem-se inseguros em diversificar sua cultura devido ao rendimento auferido em pouca área de terra com o tabaco, caso que não acontece com grande culturas, as quais necessitam de maiores extensões de terra para obter o mesmo rendimento que o fumo.

Palavras-chaves: Fumicultura agricultura familiar, complexo agroindustrial, diversificação produtiva.

**ABSTRACT**  
Graduate thesis  
Course of Economics  
Federal University of Santa Maria

**RECENT CHANGES TO THE FAMILY FARM ARTICULADA COMPLEX  
AGROINDUSTRIAL THE TOBACCO IN SOUTH RIO GRANDE (2005 -2013)**

AUTHOR: BRUNA TADIELO ZAJONZ

GUIDANCE: RITA INÊS PAETZOLD PAULI

Date and Place of Defense: Santa Maria, 9 December 2015.

The State of Rio Grande do Sul stands out as the largest producer of tobacco, comprising the largest number of tobacco growing property and covering most of the national production. Thus, the main focus of this study is to describe and analyze the recent changes of the articulated family farms to the tobacco gaúcho complex in the period 2005 to 2013. The analysis variables were obtained using data from the FEE, Afubra and NUPES along with interviews with key individuals linked to the productive sector. Brazil joined the Framework Convention to Control the Tobacco by creating the National Commission for Implementation of the Framework Convention for Tobacco Control (CONICQ), which elaborates disincentive measures the consumption of tobacco, encouraging farmers to productive reconversion this culture. Nevertheless, the conversion is proving to be a slow and gradual process, due to the economic and social environment in which tobacco growers are inserted. In the analyzed period it appears that the areas of tobacco production in the state fell, however, the amount produced did not decrease at the same rate, a factor in this scenario would be the accession of new technologies in production processes. As it is small family farms, it is clear that the producers feel insecure in diversifying their culture due to income earned in low land area with tobacco if that does not happen with great cultures, which require larger extensions ground to obtain the same yield the tobacco.

Keywords: tobacco, family farming, agro-industrial complex , productive diversification .

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2. PROCESSOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>11</b>
2.1 Classificação da pesquisa .....	11
2.2 Critérios de definição das variáveis .....	12
2.3 Coleta e tratamento dos dados .....	12
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
<b>3.1 Agricultura Familiar</b> .....	<b>15</b>
3.1.1 Pluriatividade .....	14
<b>3.2 Complexo Agroindustrial</b> .....	<b>19</b>
3.2.1 Surgimento do CAI .....	18
3.2.2 Complexo Agroindustrial Fumageiro .....	22
<b>3.3 Políticas públicas para agricultura familiar</b> .....	<b>25</b>
<b>4. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>28</b>
<b>4.1 Fumicultura</b> .....	<b>28</b>
4.1.1 A Fumicultura no Brasil: um relance .....	26
4.1.2 Particularidade históricas do desenvolvimento da fumicultura no Rio Grande do Sul .....	28
<b>4.2 Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)</b> .....	<b>31</b>
4.2.1 Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – CONICQ .....	31
4.2.1.1 Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco .....	32
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>35</b>
<b>6. CONCLUSÕES</b> .....	<b>43</b>
<b>Referências:</b> .....	<b>45</b>



# 1 INTRODUÇÃO

No que concerne à produção fumageira, o Brasil se destaca no mercado mundial ocupando o segundo lugar em termos de produção, de forma que consegue deter 11,00% da produção mundial de fumo. A alta produção desta cultura fez com que o tabaco se tornasse um dos principais produtos exportados pelo Brasil. Segundo o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO), em 2013 o fumo atingiu 1,35% das exportações brasileiras, dessa forma, grande parte do fumo cultivado no Brasil, cerca de 85,00%, é exportado, ficando apenas 15,00% para o mercado interno. Esta cultura que vem se destacando no cenário nacional há várias décadas, permitiu que o Brasil alcançasse desde 1993 o 1º lugar no ranking mundial de exportação de fumo.

Dentre as regiões brasileiras, a região Sul é a que mais se destaca na produção de fumo em folha, abrangendo 651 municípios produtores. Conforme o SINDITABACO, na safra de 2013/2014 o Rio Grande do Sul produziu 380 mil toneladas de fumo em folha, Santa Catarina produziu 212 mil toneladas, e Paraná obteve uma produção de 143 mil toneladas. Com esta produção, pode-se gerar uma receita bruta anual de R\$5,3 bilhões.

A parte agrícola da produção é realizada por agricultores familiares que se articulam a empresas fumageiras, o que na literatura especializada é denominado de formação de um Complexo Agroindustrial. Segundo informações do SINDITABACO, na safra de 2013/2014 houve 162 mil agricultores familiares articulados a empresas fumageiras, na quase totalidade multinacionais, e cerca de 650 mil pessoas envolvidas no ciclo produtivo do meio rural. Este fato, somado a função de possibilitar um menor êxodo rural denota a importância socioeconômica deste cultivo.

Com o intuito de diminuir o consumo do cigarro e enfatizando os malefícios que este produto traz a saúde de quem o produz e consome, a Organização Mundial da Saúde criou um tratado internacional de combate ao tabaco, chamado de Convenção-Quadro de Controle ao Tabaco (CQCT), que conta atualmente com 178 países ratificados, incluindo o Brasil. Esta convenção procura defender as gerações presentes e futuras dos problemas incitados pelo consumo do fumo, que tem se tornando cada vez mais frequente entre jovens e adolescentes.

O Brasil aderiu a Convenção-Quadro de Controle ao Tabaco por meio da criação da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle de tabaco (CONICQ). Através desta Comissão o governo brasileiro elabora medidas de desestímulo ao consumo do tabaco, tanto no âmbito dos consumidores, estabelecendo um aumento nos

impostos e preços dos produtos com vistas a reduzir a comercialização, quanto no âmbito da sociedade, elaborando programas e projetos de conscientização dos malefícios provenientes do consumo do cigarro. As medidas pensadas para os produtores preveem a diminuição da produção de tabaco através do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Entretanto, as ações deste Programa para a reconversão produtiva tornam-se um processo lento e gradativo devido ao ambiente econômico e social em que os produtores de fumo estão inseridos.

Frente a realidade que se impõe, pergunta-se: considerando o ambiente social e econômico em que os produtores articulados ao complexo fumageiro estão inseridos, quais os avanços obtidos e quais os principais entraves que se interpõe na reconversão produtiva proposta pela CONICQ?

Dessa forma, presente trabalho busca descrever e analisar as mudanças recentes da agricultura familiar articulada ao complexo fumageiro gaúcho. Mais precisamente, pretende-se mostrar a evolução recente da produção nacional e área plantada e descrever as percepções de algumas pessoas-chaves vinculadas ao setor produtivo com o intuito de detectar as transformações atuais do setor. O conjunto dessas informações somadas a outras informações quali-quantitativas e confrontadas com os elementos teóricos permitem vislumbrar as potencialidades dos agricultores em promover a diversificação, bem como identificar quais os avanços obtidos até o momento e quais os principais entraves que se interpõe na reconversão produtiva dos produtores do Rio Grande do Sul, proposta pela CONICQ.

A monografia está estruturada da seguinte forma, além da introdução segue a abordagem dos processos metodológicos que subjazem a temática abordada, posteriormente é efetuado referencial teórico centrado nas temáticas agricultura familiar e complexo agroindustrial. Na sequência, é efetuada a revisão da literatura especializada acerca da especificidade do complexo fumageiro e as alterações recentes com ênfase na Comissão-Quadro para o Controle do Tabaco. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa que compreende a análise conjunta dos elementos teóricos e da revisão com análise de tendências das variáveis e questionários semiestruturados, culminando com a conclusão.

## **2 PROCESSOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Classificação da pesquisa**

Pesquisa segundo Gil (2008, p. 45) define-se com “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Para Markoni e Lakatos (2003) a pesquisa caracteriza-se como um procedimento formal juntamente com um método de pensamento reflexivo, ao cabo que propõe, por meio de uma abordagem científica, compreender a realidade e encontrar verdades parciais. Dessa forma, para o autor a pesquisa tem importância indispensável no âmbito das ciências sociais, especialmente no alcance de soluções para problemas de ordem comum.

Conforme alude Gil (2008), o delineamento da pesquisa deve considerar o modo de domínio das variáveis envolvidas, bem como o ambiente em que os dados são coletados, de forma que o pesquisador passa a considerar os meios de investigação que serão utilizados na pesquisa. Por conseguinte, com base nos dados que serão utilizados, o presente estudo utiliza-se de uma pesquisa documental, a qual segundo Gil (2008, p. 51), “vale-se de materiais que não receberam ainda nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. A pesquisa documental constitui-se uma fonte estável de dados, na qual o pesquisador consegue as informações necessários com um menor tempo disponível e a um menor custo, se comparado a outros métodos de pesquisas (GIL, 2002). Ainda de acordo com os dados que serão utilizados e as informações que serão obtidas, o estudo caracteriza-se por uma pesquisa quali-quantitativa, o qual abordará questões de caráter

exploratório por meio de entrevistas com pessoas-chave<sup>1</sup> e variáveis que possam medir e frequência e intensidade dos comportamentos.

## **2.2 Critérios de definição das variáveis**

As variáveis foram definidas com o intuito de alcançar os objetivos propostos no presente estudo, ou seja, mostrar a transformações, fundamentalmente nos âmbitos, produtivo e tecnológico, considerando o período de análise de 2005 a 2013, no setor fumageiro gaúcho. Depois de um exame de todas as informações obtidas e afim de corroborar com o conteúdo teórico do trabalho, especificamente as variáveis definidas foram: área plantada de tabaco no Rio Grande do Sul, quantidade produzida, número de produtores envolvidos no setor, valor gerado em todo o processo produtivo.

Posteriormente a esses delineamentos, considerando informações quantitativas agregadas para o estado gaúcho, promoveu-se a caracterização das propriedades familiares inseridas do complexo fumageiro gaúcho, para este fim utilizou-se o tamanho das propriedades fumicultoras, o número de hectares destinados à produção de fumo. Como forma de avaliar o potencial de diversificação produtiva dos estabelecimentos, valeu-se de uma análise das atividades realizadas pelos fumicultores nas produções de origem vegetal e animal das propriedades, confrontadas com outras informações obtidas pelas entrevistas (cujas particularidades são apresentadas na próxima subseção), bem como a revisão de estudos realizados por outros pesquisadores.

## **2.3 Coleta e tratamento dos dados**

O presente trabalho utiliza-se de levantamento documental através de estatísticas, com vistas a sistematizar as variáveis essenciais que norteiam a temática abordada e capaz de subsidiar a análise, permitindo à luz dos aportes teóricos sobre agricultura familiar e complexos agroindustriais algumas conclusões em relação aos objetivos propostos. A coleta dos dados foi obtida a partir dos dados disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística – FEE e Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra, ambas em suas

---

<sup>1</sup> Pessoas-chave são pessoas que exercem influência, que são importantes num determinado ambiente ou setor, pessoas que ajudam a decidir, que facilitam o processo/trâmite/desempenho.

plataformas online. As informações referentes as variáveis utilizadas para a tipologia dos produtores rurais foram fornecidas pelo Núcleo de Pesquisa Social – NUPES da Universidade de Santa Cruz do Sul. Posteriormente a coleta, os dados foram classificados e preparados de forma sistemática seguindo as seguintes etapas: seleção e codificação. A etapa de seleção refere-se a uma avaliação criteriosa dos dados, a fim de verificar possíveis erros ou falhas, a codificação diz respeito a categorização dos dados que se relacionam (Markoni e Lakatos (2003). A etapa de codificação foi elaborada por meio do programa Microsoft Office Excel 2010, o qual permitiu o agrupamento de variáveis similares e construção de quadros que ilustram as tendências das variáveis estudadas.

Afim de obter uma maior validação dos resultados obtidos, optou-se pela análise suplementar de estimação, através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários, de regressão econométrica, a qual permite obter a tendência de uma variável ao longo de uma série temporal.

$$Y = \beta_1 + \beta_2 X_i + u_i \quad (1)$$

Na equação 1,  $Y$  representa as variáveis estimadas a partir de suas variações ao longo do período determinado, são elas: área plantada de tabaco no Estado do Rio Grande do Sul, quantidade de tabaco produzida no Estado, número de produtores envolvidos no ciclo produtivo e valor gerado no decorrer de toda a produção. Os  $\beta$ 's expressam os parâmetros, os quais demonstram as tendências ocorridos ao longo do período de análise. O termo  $X_i$  refere-se à variável tempo, a qual na presente análise representa o período de 2005 a 2013, e por fim,  $u_i$  representa o erro da equação, ou seja, a tendência que não foi possível estimar através da análise.

Por meio do modelo acima, obtêm-se o resultado das variações em números exatos, os quais foram fundamentais para a análise. Posterior a este processo, logaritimizou-se os dados da variável dependente ( $Y$ ), conforme a fórmula abaixo, afim de obter o resultado em percentuais.

$$\ln Y = \beta_1 + \beta_2 X_i + u_i \quad (2)$$

Partindo da equação 2, calculou-se a taxa de crescimento exponencial (Equação 3), com a finalidade de examinar o crescimento ou decréscimo das variáveis em análise no período de 2005 a 2013.

$$\{[(\text{antilog}(\beta_2)) - 1] * 100\} \quad (3)$$

Devido ao fato de que em uma pesquisa documental a maioria dos dados não terem recebido nenhum tratamento analítico, é imprescindível fazê-lo. A análise deve ser realizada em cumprimento com os objetivos proposto pelo estudo, de modo à alcança-los da melhor forma possível (GIL,2002). Conforme o autor, o processo de análise torna-se primordial, pois através da interpretação o pesquisador consegue gradativamente uma explicação lógica do fenômeno em estudo, de forma a confrontar as unidades de sentido a partir de suas inter-relações. Deste modo, após o tratamento dos dados promove-se uma minuciosa interpretação dos resultados obtidos afim de corroborar ou não com as verificações obtidas a partir da revisão bibliográfica.

Para subsidiar as análises quantitativas de dados secundários e de outro estudo empírico (NUPES), realizou-se nos meses de outubro e novembro de 2015 entrevistas com pessoas-chave vinculadas ao Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO), Associação Brasileira de Fumicultura (Afubra) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) – escritório municipal de Santa Cruz do Sul/RS. As informações obtidas compreendem a produção de tabaco no Rio Grande do Sul, bem como uma visão prospectiva acerca do setor que se insere, majoritariamente, no mercado internacional.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 Agricultura Familiar**

No que concerne à agricultura e suas estruturas, o Brasil apresenta uma grande heterogeneidade na ocupação de seu solo rural, estendendo-se desde grandes latifúndios a pequenas propriedades. Ao reportar às pequenas e médias propriedades, chama atenção o caso da agricultura familiar, a qual representa uma grande parcela da produção agrícola brasileira.

Ao tratar de agricultura familiar, remetemo-nos à um modelo baseado em um caráter propriamente familiar, onde a família ao mesmo período em que trabalha no processo produtivo é proprietária dos meios de produção (WANDERLEY, 1996). Conforme a mesma autora, a estrutura produtiva em que este modelo se insere, integrando família, produção e trabalho, permite determinar a maneira de como este vai atuar social e economicamente. Conforme alude Schneider (2003), o envolvente econômico e social engloba viabilidades de desenvolvimento local, juntamente com expectativas futuras fomentadas pelas famílias.

Conforme estabelece a literatura, a agricultura familiar pode manifestar-se de diferentes formas, como na forma camponesa de produção e na forma de agricultura familiar moderna. O modelo camponês, também conhecido como de subsistência, segundo Lamarche (1998), é baseado por uma estrutura fundamentalmente familiar, onde os membros definem-se independente, e a produção é destinada quase que totalmente para a alimentação familiar, ficando apenas uma pequena parcela para comercialização. Ainda conforme o mesmo autor, no modelo camponês os produtores valorizam os estudos e o trabalho fora da propriedade familiar, preconizando que seus filhos estudem e consigam um trabalho melhor que de seus pais, ou que estes possam, através do conhecimento, melhorar a forma produtiva em que estão inseridos. Aliadas a diferentes técnicas, introdução de novas culturas ou aperfeiçoamento das culturas já existentes, as sociedades camponesas buscam desenvolver suas próprias formas produtivas, para assim constituir um singular sistema de produção e o estabelecimento de seu patrimônio familiar. (WANDERLEY, 1996).

No concernente à agricultura familiar moderna, nota-se uma disposição mais profunda a mecanização, abrindo vantagens para novas formas de produção agrícola. Ao contrário do modelo camponês, o produtor familiar moderno recusa o modo de produção extremo, assim, procura produzir de forma menos intensiva, ainda que, com alto grau de autoconsumo (LAMARCHE, 1998). Conforme o autor, na agricultura moderna a dependência familiar na lógica produtiva é menos ativa se comparada com a forma camponesa. Wanderley (1996), propôs duas hipóteses à agricultura familiar moderna, onde a primeira defende que mesmo que o campesinato tenha perdido força este continua inserido nas sociedades modernas, e a segunda hipótese de que a agricultura moderna deu mais importância para as cidades e a cultura urbana, centralizando sua produção para o mercado, assim desenvolveu-se outras formas de agricultura familiar, não a camponesa. A autora deixa claro que a agricultura familiar moderna é resultado de uma continuidade da agricultura camponesa, onde o campesinato adequou-se as novas formas de produção, de modo a inserir-se na atual sociedade.

Mesmo em uma sociedade mecanizada, com se observa atualmente, a mão de obra familiar ainda prevalece em muitas propriedades, demonstrando assim, que este tipo de força de trabalho apresenta vantagens aos produtores rurais. Para Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003, p. 332), a produção agrícola apresenta expressivas vantagens ao associar-se à mão de obra familiar:



Vale destacar o menor custo de gestão e supervisão da mão-de-obra familiar; a redução do custo operacional associado à utilização do trabalho familiar, que tem incentivos diretos para evitar o desperdício, etc.; produtividade mais elevada alcançada pela mão-de-obra familiar em tarefas de manuseio e atenção delicadas, quando comparada ao trabalho assalariado e, finalmente, a maior qualidade do produto obtido sob os cuidados dos próprios interessados.

A agricultura familiar costumeiramente é relacionada à mão de obra familiar, o que não está incorreto, entretanto, este modelo de produção abrange muito mais que uma simples mão de obra, torna-se uma forma de vida para milhares de pessoas com o desígnio de preservar seu espaço em uma sociedade cada vez mais competitiva. Neste âmbito, Abramovay (1997) destaca três aspectos principais da agricultura familiar: preconiza que este modelo de agricultura não pode ser sinônimo de pequena produção; destaca que países capitalistas centrais obtiveram seu desenvolvimento agrícola através da agricultura familiar; e por fim, defende que mesmo em países latifundiários a agricultura familiar é muita significativa economicamente.

### 3.1.1 Pluriatividade

A partir da metade da década de 90 os estudos agrários brasileiros voltaram-se para uma dinâmica até então, não explorada. Deixou-se de pensar na agricultura como uma mera produção agropecuária. Os estudos puderam estender seu escopo temático para questões além das possibilidades de reforma agrária e progresso tecnológico. Neste momento começa-se a falar do rural lato sensu, o qual engloba questões ambientais e de sustentabilidade, bem como a configuração dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural (SCHNEIDER, 2003).

No Brasil começou-se a pensar nas novas formas de ocupação do meio rural a partir do Projeto Rurbano<sup>2</sup>, o qual é composto por três fases. A fase I explorou os tipos de ocupações das pessoas residentes na área rural. A fase II investigou a pluriatividades das famílias e a renda proveniente de atividades agrícolas e não-agrícolas. Por fim, a fase III buscou aprimorar e ampliar a base de dados construída nas fases anteriores. Em geral, pode-se perceber que o número de famílias direcionadas unicamente para as atividades agrícolas está decrescendo, associado à um aumento das famílias ocupadas em atividades não-agrícolas.

---

<sup>2</sup>O Projeto Rurbano, iniciado, em 1996, constitui-se em projeto temático coordenado inicialmente pelo professor José Graziano da Silva da UNICAMP, que reúne 25 pesquisadores de 11 Estados brasileiros. O projeto analisou as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro e as novas relações entre o rural e o urbano nas últimas décadas.

Conforme alude Schneider (2003), as novas ideias propuseram a afirmação de que não se pode mais pensar no espaço rural como meramente atividades produtivas ali desempenhadas. Para o autor a agricultura continua sendo uma atividade importante para o mundo rural, contudo observa-se a redução de sua importância no que se refere a geração de emprego e ocupação. Este fato pode ser entendido devido as constantes mutações da dinâmica da agricultura no espaço rural, a qual vem sendo determinadas por outras atividades e relações estabelecidas entre o espaço e a sociedade ou entre o homem e a natureza.

As novas relações possibilitam a expansão das unidades familiares pluriativas, onde um membro da família residente no meio rural, passa a exercer atividade não-agrícolas fora dos estabelecimentos familiares. Segundo Schneider (2003, p. 100), a partir deste contexto é que surge a pluriatividade:

Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Neste sentido, Kageyama (2008) ressalta que a pluriatividade possibilita a redução da importância das atividades agrícolas no emprego e na geração de renda para as famílias residentes no meio rural, de forma a dar espaço aos empregos múltiplos e fontes de renda diversificadas. Para Schneider (2007), a interação entre as atividades agrícolas e não-agrícolas segue-se mais acentuada quanto mais diversificados e complexos forem os encadeamentos entre o ambiente social e econômico com o agricultor. Para o autor, o desenvolvimento das atividades não-agrícolas pode estar associado aos novos modos de apoderamento da força de trabalho, juntamente com as alterações ocorridas nos mercados de trabalho rurais.

Para Silva (1997), as transformações no campo econômico, político e social verificadas no final do século XX sinalizam para uma nova sociedade em execução. Conforme o autor, a diferenciação entre o rural e o urbano não pode mais ser pautada apenas pelo tipo de atividade exercida. O meio rural brasileiro passa a desempenhar novas funções e novos tipos de ocupações como lazer, moradia, turismo, conservação ambiental, até então não desenvolvidas. Estas novas funções fazem com que o meio rural passe a não ser mais caracterizado somente como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais, mas sim, um segmento que pode integrar juntamente com as atividades agrícolas, atividades não-agrícolas.

### 3.2 Complexo Agroindustrial

O Complexo Agroindustrial surge com a decomposição dos diferentes complexos produtivos existentes. Nesta fase incide uma substituição da agricultura pura/natural por atividades agrárias vinculadas à indústria. Ocorrem trocas intersetoriais ao fortalecer a divisão do trabalho, de forma a obter uma especialização produtiva inexistente até então (SILVA, 1998). Perante a crise do complexo rural e a nova maneira de produção, o mercado interno começa a desenvolver-se, de modo a substituir os consumos provenientes de exportações pela produção interna.

O Complexo Agroindustrial, segundo Müller (1989), compreende à relação intersetorial da indústria e agricultura. Uma forma de unificação entre os diversos segmentos da economia como produção, distribuição e consumo. Ainda neste sentido, Mazzali (2000), alude que a consolidação do CAI resultou na constituição de uma inédita forma de agregação, pela qual abrange interesses no campo da indústria de equipamentos e insumos, envolvendo a agricultura propriamente dita e a indústria de processamento de produtos agrícolas.

Müller (1983, p.146) caracteriza o Complexo Agroindustrial como “conjunto dos processos tecno-econômicos e sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, seu beneficiamento e transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiro e comerciais correspondentes”. Esta ideia de Müller pode ser reforçada através de Gonçalves (2005, p. 3), o qual caracteriza o CAI e menciona as principais organizações envolvidas neste complexo:

Atualmente os complexos agroindústrias brasileiros desempenham uma significativa importância na economia do país, referindo-se a todas as instituições que desenvolvem atividades, no processo de produção, elaboração e distribuição dos produtos da agricultura e pecuária, envolvendo desde a produção e fornecimento de recursos, até que o produto final chegue nas mãos dos consumidores. Entre as instituições que constituem o CAI, incluem-se, além daquelas diretamente envolvidas no processo, aquelas de apoio indireto à realização das atividades na tomada de decisões, como o governo e suas políticas e o sistema financeiro e de crédito.

Frente ao CAI a agricultura brasileira desenvolveu-se de forma significativa. A agricultura acaba por subordinar-se ao capital industrial, de forma que, segundo Silva (1998, p. 3), “o longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura”. No processo de industrialização o

trabalhador deixa de agir de forma ativa e passar a exercer um papel parcial perante a subordinação industrial. Neste sentido, Müller (1983) ressalta que a industrialização da agricultura levou à subordinação do trabalho agrícola perante o capital. A terra-matéria perde suas forças de produção frente à matéria-capital.

Fica claro que o desenvolvimento do Complexo Agroindustrial é resultado não apenas da inter-relação entre os vários setores agrícolas, mas sim, é desencadeado juntamente com uma integração de capitais. Estes dois fatores, muitas vezes, proporcionam um ambiente de oligopólio agrícola. Essa ideia é explicitada por Müller (1983, p. 150):

Levando em consideração o conjunto dos setores da indústria da agricultura que compõem o complexo agroindustrial brasileiro, pode-se sustentar que a sua regência pode ser indicada pelas modificações ocorridas na estrutura de propriedade e controle do capital e na estrutura técnico-organizacional da produção e comercialização. Modificações que criaram e/ou expandiram o caráter oligopólico de concorrência, isto é, que acentuaram o poder econômico de controle sobre o mercado a partir da base técnica da indústria.

No mesmo trabalho o autor menciona que este poder oligopólico não é um aspecto recente. Setores como leite e fumo, têm suas raízes oligopólicas desde décadas passadas, com propriedades constituídas de uma ou mais unidades produtivas e vultuosos capitais. Perante a um ambiente oligopólico, Silva (1998) faz referência à ideia de “tesoura de preços”<sup>3</sup>. Este conceito alude que a agricultura se relaciona, para trás, com uma indústria profundamente oligopolizada, a qual fornece insumos para os agricultores de forma a impor o preço que desejar e, para frente a agricultura se relaciona com uma indústria processadora, também oligopolizada, que impõe um poder monopsônico ao estabelecer o preço e o padrão dos produtos a serem adquiridos da agricultura. Segundo o autor, a industrialização faz com que ocorra uma compressão na renda dos produtores, de forma que a indústria se apropria do lucro excedido pela renda da terra.

É neste âmbito que se torna essencial o papel do Estado como estimulador de desenvolvimento dos diversos setores agrícolas. Através de políticas de fornecimento de créditos e financiamentos para a agricultura, o Estado consegue estimular a consolidação do Complexo Agroindustrial brasileiro. Outro fator imprescindível, refere-se a presença do Estado na determinação dos preços dos insumos e das matérias-primas provenientes da

---

<sup>3</sup> Originalmente descrito por Alberto Passos Guimarães (1989), cuja ideia central consiste em mostrar a situação subordinada do produtor agrícola que fica “prensado” entre os setores a montante e a jusante no Complexo Agroindustrial.

agricultura, de forma que este consiga diminuir a subordinação da agricultura frente as indústrias oligopólicas.

### 3.2.1 Surgimento do CAI

Em meados de 1960, o Complexo Agroindustrial (CAI) inseriu o Brasil em uma nova forma de relação entre a agricultura e os distintos setores da economia. Nesta fase a agricultura brasileira deixou de atuar autonomamente, comportando departamentos industriais e comerciais que até então não obtinha nenhuma relação, de forma a inserir-se no elo das relações econômica brasileiras. Neste novo complexo as atividades não agrícolas passam a influenciar as atividades agrícolas. As ações políticas e sociais de desenvolvimento em um setor passam a estimular os demais setores.

Neste sentido, Müller (1989) sinaliza o CAI como um sistema de interdependência entre indústria, agricultura e agroindústria. Um processo socioeconômico que envolve produtos provenientes da agricultura, juntamente com a transformação, processamento dos mesmos, fornecimento de bens industriais, insumos para a agricultura e serviços técnicos, comerciais e financeiros necessários. Esta interdependência ocorre quando a agricultura necessita de bens industriais/insumos para produção, dos quais a indústria é fornecedora, e a agroindústria necessita das matérias-primas provenientes da agricultura.

A presença de um Complexo Agroindustrial não significa perda de autonomia agrícola, entretanto, implica em novas formas de participação econômica da agricultura perante os demais departamentos agroindustriais (MÜLLER, 1989). Conforme o mesmo autor, o fato de que o CAI está inserido em diversos grupos sociais, onde cada grupo exerce sua própria autonomia, ou seja, formas distintas de relacionamento com os demais setores econômicos, implica que o processo não se restringe apenas para produção de uma cultura específica, mas sim para diversos setores agrícolas.

Para Silva (1998), diferente de Müller o qual afirma que o CAI surgiu da integração entre os diversos setores agrícolas e econômicos, este autor alude que o CAI é um processo histórico no qual a agricultura brasileira passa do chamado complexo rural para uma dinâmica de Complexo Agroindustrial. O complexo rural caracterizava-se por uma dinâmica agrícola muito simples e com uma incipiente divisão do trabalho. Na esfera produtiva havia apenas um produto de valor comercial, o qual era remetido para o mercado externo (SILVA, 1998).

Em 1850 o complexo rural brasileiro começa a embarcar em uma grave crise. A suspensão do tráfico negreiro neste ano, fez com que o complexo rural substituísse o trabalho, até então escravo, por trabalhadores livre. No período da suspensão, a agricultura brasileira era movida basicamente pela produção de café. Com a descontinuação do trabalho escravo, o complexo rural perde sua dinâmica de forma a impulsionar para uma nova dinâmica agrícola (SILVA 1998).

Segundo Silva (1998), a crise do complexo rural dá início a um novo regime do trabalho - o colonato - também conhecido como complexo cafeeiro, o qual desenvolveu-se inicialmente em São Paulo. Este novo complexo, diferentemente do complexo rural, é constituído por trabalhadores assalariados temporários. No complexo cafeeiro, os trabalhadores além de produzir os produtos para as fazendas de café, produziam produtos para sua subsistência. Conforme o mesmo autor, este novo complexo permitiu, mesmo que de forma incipiente, a divisão social do trabalho juntamente com a separação cidade/campo, a qual era inexistente no complexo rural.

Através das mudanças geradas pelo complexo cafeeiro, foi que surgiu as primeiras oportunidades para o desenvolvimento do mercado interno e a modernização da agricultura (SILVA, 1998, p. 9):

[...]a expansão das atividades não-agrícolas engendradas no seio do complexo cafeeiro paulista não podia mais ser satisfeita internamente nas próprias fazendas, obrigando a um aprofundamento da divisão do trabalho e “delegando” novas funções às cidades. Estabeleceu-se assim, a partir do complexo cafeeiro paulista, uma mudança fundamental, com a passagem de uma economia rural fechada e assentada em bases naturais para uma economia aberta e um mercado interno que começava a estruturar-se a partir das indústrias montadas nas cidades, mas inda voltadas à demanda de segmentos da própria agricultura.

No período que se estende de 1890 a 1930 as atividades de cunho urbano intensificaram-se. Criou-se um setor de equipamentos agrícolas distante das fazendas de café. Nesta fase iniciou-se a substituição de importações de produtos de bens de consumo (SILVA, 1998). O período posterior, de 1930 a 1960, é marcado pela integração dos mercados nacionais. Conforme alude Silva (1998), neste estágio, com a constituição do D1, o complexo cafeeiro disponibilizou as condições necessárias para a industrialização brasileira, de forma a obter uma maior diversificação de produtos, e transferência da ênfase do mercado externo para o mercado interno.

Assim, no decorrer de todo o processo de descontinuação do complexo rural e constituição do complexo cafeeiro, a agricultura brasileira, inseriu-se em uma dependência do

processo de modernização. Silva (1998) ressalta que ficou cada vez mais difícil produzir sem bases técnicas, de forma que, a agricultura brasileira fica dependente da acumulação industrial. Este ambiente de industrialização deu espaço para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais brasileiro.

O capital financeiro é um primordial elemento para a modernização da agricultura, atuado como uma forma de fomento para a mesma. Neste âmbito, Silva (1999, p. 46) aponta que “o ponto crucial das inovações biológicas é que elas colocam a natureza a serviço do capital, possibilitando a transformação da agricultura num ramo de indústria”. A modernização agrícola possibilita a geração de um sistema agroindustrial voltado tanto para o consumo interno quanto externo, expandindo, dessa forma, o mercado de produtos industrializados provenientes da agropecuária (DELGADO, 1985).

As políticas de crédito rural adotadas permitiram com que o Estado restaurasse seu domínio regulador macroeconômico, além de atrelar os interesses para uma estratégia de modernização conservadora da agricultura (SILVA, 1998). Conforme o mesmo autor, estas políticas, acarretaram em novas formas de produção do setor agrário. Estas novas formas permitiram com que a agricultura brasileira se disseminasse em vários segmentos, do modo a impulsionar a constituição de vários complexos agroindustriais (CAIs).

Em resumo, conforme Silva (1998), o processo de modernização da agricultura incidiu por três momentos decisivos: o da constituição dos CAIs, onde tem um aprofundamento entre as relações inter setoriais, através do qual ocorre a subordinação da agricultura à indústria; o momento da industrialização da agricultura, pelo qual ocorre mudanças no processo de produção agrícola onde o trabalhador torna-se um complemento das máquinas, e não mais o principal agente da produção; e por fim, a integração de capitais inter setoriais sob o comando do capital financeiro, constituindo-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual viria a sustentar e desencadear a modernização da agricultura.

### 3.2.2 Complexo Agroindustrial Fumageiro

O complexo Agroindustrial Fumageiro é um dos complexos mais antigos do Brasil. Antes mesmo do desenvolvimento do CAI, o complexo do fumo já estava presente na economia brasileira. Em 1918, no país a produção fumageira se constituiu primeiramente no município de Santa Cruz do Sul, na região do Vale do Rio Pardo - Rio Grande do Sul. A partir deste ano, a produção foi se disseminando para as demais regiões do Estado. Este

desenvolvimento precoce deve-se, principalmente, ao capital transnacional. Grupos de oligopólios e oligosônios encontraram no Brasil as especificidades ideais para o desenvolvimento de um complexo agroindustrial, de forma a instalar as primeiras empresas multinacionais processadoras de tabaco (PRIEB, RAMOS, SOUZA, 2003). Segundo os mesmos autores, trata-se de indústrias processadoras articuladas à agricultores familiares, cujo os donos localizam-se em países desenvolvidos e tem no Brasil o local para a produção de sua matéria-prima, o fumo.

Antes do desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais a produção de tabaco era incipiente. Conforme alude Prieb, Ramos, Souza (2003), após a criação dos CAIs constatou-se um aperfeiçoamento de uma cultura que já havia sido cultivada a vários anos<sup>4</sup>. As mudanças geradas pelos CAIs instigaram não apenas as relações técnicas produtivas, como as relações sociais, de modo que os produtores de fumo tiveram que incorporar novas técnicas produtivas para poder continuar no cultivo.

Para Vogt (1994) a produção de fumo contradiz o argumento de que o pequeno agricultor familiar pode produzir apenas alimentos e de que apenas o grande proprietário pode vincular-se ao comércio exterior. Em geral, o tabaco é produzido em pequenas propriedades de terra, por pequenos agricultores familiares, os quais utilizam de mão de obra familiar para a produção. Apenas uma parcela do fumo produzido pelos agricultores permanece no país, a maior parte é exportada para outros países. Dessa forma, ao analisar o ambiente em que a produção fumageira está inserida, o argumento de Vogt é de inteira veracidade.

Ao remeter-se a produção tabagista chama atenção a forma de relação entre o agricultor e a agroindústria processadora. As duas partes envolvidas no processo relacionam-se por meio de uma integração exercida através de contratos de compra e venda. Os interesses das empresas e dos produtores são acordados mediante a elaboração do contrato o qual estabelece os direitos e as obrigações de ambas as partes. Através dessa integração tanto o produtor como a empresa conseguem suprir, mesmo que de forma fracionada, seus interesses. Buainain e Filho (2009, p. 131) descrevem os principais benefícios abrangidos pelo contrato no âmbito da empresa:

Para a empresa, o contrato de compra e venda é o instrumento-chave para reduzir as incertezas e planejar o suprimento da matéria-prima, controlar a qualidade, a quantidade e os requisitos necessários ao atendimento das demandas dos clientes finais. As empresas procuram assegurar um fluxo de suprimento de tabaco, e para

---

<sup>4</sup> Na próxima subseção, especificar-se-á aspectos históricos vinculados a produção fumageira, e sua inserção inicial em diferentes regiões brasileiras.



isso se obrigam a prestar serviços, prover informação tecnológica, viabilizar recursos para custeio da produção e investimentos em infra-estrutura e equipamentos.

No âmbito do produtor, Buainain e Filho (2009, p. 131) expressam a seguinte ideia em relação aos contratos de compra e venda:

Para o produtor, o contrato de compra e venda, ao garantir a compra da produção contratada a preço previamente acordado, e garantir assistência técnica, provisão de insumos e acesso a crédito, também reduz o risco econômico e viabiliza a produção para agricultores familiares que teriam dificuldade para empreender o negócio de outra forma. Além disso, o produtor integrado tem acesso a instrumento de redução de parte do risco climático, por meio de contrato de seguro contra granizo.

Dessa forma, o produtor rural tem a garantia da venda total de sua produção, possuindo assistência técnica e financeira, além de ter o transporte de sua produção assegurado pela empresa integradas. Mediante a integração as empresas podem elaborar um planejamento mais adequado para a safra, obter uma melhor qualidade do produto, juntamente com a garantia de fornecimento do tabaco. Já os clientes conseguem ter o fornecimento do produto com mais regularidade, juntamente com uma qualidade garantida através da garantia ISO. À vista disso, o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) tornou-se um elemento primordial para o desenvolvimento do setor fumicultor brasileiro (SINDITABACO).

### **3.3 Políticas públicas para agricultura familiar**

Tendo em vista os delineamentos anteriores, que compreendem os aportes teóricos da agricultura familiar e complexos agroindustriais, torna-se fundamental resgatar, a partir da literatura acerca das políticas públicas específicas à agricultura familiar, considerando sua importância na atual manutenção/persistência dos agricultores fumageiros articulados ao Complexo agroindustrial do fumo e nas suas possibilidades de manutenção no quadro histórico vigente, que compreende tentativas de reconversão por uma parcela destes.

A ideia de que agricultores não se caracterizam como atores passivos, vem ocupando espaço nos estudos recentes. A concepção de que os produtores desempenham um papel ativo na sociedade e na elaboração de estratégias de resistências, corrobora para permitir que estes consigam adquirir sua autonomia e criar espaços frente o contexto social em que vivem (GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010). Conforme os mesmos autores, atualmente os

agricultores familiares apresentam-se essencialmente ligados aos mercados, de maneira que as suas relações dependem do encadeamento entre estes. É neste cenário que surge o papel das políticas públicas, seja como uma forma de auxílio que possibilite as famílias traçarem estratégias de controle sobre os recursos necessários para sua reprodução, visando garantir sua autonomia, ou políticas públicas que ofereçam apoio para a inserção destas famílias de forma adequada nos mercados.

No que abrange política pública, Teixeira (2002) alude que para um bom delineamento deve-se entender todo o seu processo, desde sua formulação à avaliação dos resultados. Para o autor políticas públicas tem o seguinte significado:

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado [...]. As políticas traduzem, no seu processo de elaboração e implementação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002, pg.2).

Para Teixeira (2002) o objetivo das políticas públicas consiste em atender as demandas da sociedade, essencialmente dos setores mais marginalizados, considerados vulnerabilizados, bem como ampliar os direitos de cidadania. Criar possibilidades de geração de emprego e renda como forma de recompensar os ajustes promovidos por outras políticas de caráter mais estratégico, de maneira a promover o desenvolvimento.

Após o processo de redemocratização do Brasil, especialmente com a promulgação da Constituição de 1988, o Estado brasileiro se reordena de modo a descentralizar as ações do governo com o objetivo de ampliar o acesso dos recursos públicos e democratizar suas políticas. Com essa popularização os atores sociais puderam obter maior intervenção na determinação e gestão de políticas públicas, do mesmo modo que o Estado passa a remodelar suas funções com o propósito de racionalizar as ações e ampliar os resultados (MATTEI, 2014).

Conforme alude Mattei (2014), é neste cenário que as políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural, bem como políticas de apoio à agricultura familiar tiveram forte impulso e passaram a obter espaço na agenda governamental. Segundo Schröder (2010), a inserção de agricultores familiares no processo de desenvolvimento rural corrobora para a geração de inovação nos diferentes níveis institucionais que determinam a conduta da vida econômica e social do meio rural.

A oferta de políticas públicas no âmbito federal para o desenvolvimento rural congrega, recentemente, um conjunto ampliado de instrumentos de apoio à agricultura familiar, de modo a ofertar programas e ações orientados pelo tema de segurança alimentar e que visem a mobilidade social desses agricultores, a partir de sua inserção em um processo produtivo e mercantil mais organizado. Trata-se, desse modo, de levar a efeito a tradução da complexidade e da diversidade do espaço rural brasileiro em instrumentos de política igualmente diversos (SCHRÖDER, 2010, pg. 3).

Entretanto, para se alcançar o desenvolvimento rural deve-se levar em consideração a pluriatividade presente no espaço rural brasileiro, aspecto o qual, segundo Silva (1997), os formuladores de políticas públicas atuais não estão levando em consideração. Em seu texto o autor alude que os dirigentes procuram o desenvolvimento agrícola através de estratégias voltadas para a solução do emprego e da pobreza rural, ou seja, mecanismos em busca do desenvolvimento agrícola com sendo a única maneira de atingir o desenvolvimento rural.

De acordo com Silva, Grossi e Campanhola (2002) as políticas do “novo rural” brasileiro devem procurar desenvolver programas que operem de forma descentralizada e desenvolvam potencialidades locais. Para os autores é imprescindível que se busque a integração entre as distintas políticas rurais, de maneira a abranger a ampla variedade de dinâmicas de ocupações presentes neste ambiente. Para Froehlich (2009), para dar conta das novas estruturas ocupacionais e socioespaciais dos espaços rurais brasileiros, as políticas públicas devem buscar evitar o forte viés agrícola e setorial, de forma a instigar uma dinâmica multissetorial. Conforme Froehlich (2009, p. 189) ideias transversais para políticas públicas como “habitação, áreas públicas de lazer, reservas ambientais[...], talvez pudessem ser melhor integradas, viabilizadas, gerenciadas, em uma aproximação mais adequada às reais necessidades e dinâmicas (heterogêneas) dos múltiplos territórios rurais do país”.

## **4 REVISÃO DE LITERATURA**

### **4.1 Fumicultura**

A produção agrícola é um dos principais elementos de destaque da economia brasileira. Ao remeter-se a este ambiente do país, merece ênfase o cultivo do tabaco, o qual destaca-se como uma das principais culturas agrícolas brasileira e de grande importância na pauta das exportações de produtos do agronegócio. A fumicultura brasileira é de amplo destaque no cenário mundial do tabaco, atualmente o Brasil encontra-se entre os principais países produtores e exportadores fumo. Perante este ambiente, na primeira subseção será discutido a origem do tabaco no Brasil e como esta cultura desenvolveu-se ao longo do tempo. A segunda subseção consiste em apresentar o desenvolvimento da produção fumageira no Estado do Rio Grande do Sul, principal Estado produtor de fumo em folha do país.

#### **4.1.1 A Fumicultura no Brasil: um relance**

O tabaco é uma das culturas mais antigas no Brasil, iniciada no período colonial este cultivo percorreu os diferentes territórios brasileiros. Conforme alude Buainain e Filho

(2009) a produção de fumo foi introduzida no país pelos colonos com o intuito de atender seu próprio consumo. Aos poucos a produção de fumo expandiu-se de forma a compreender várias partes do Brasil. Esta expansão possibilitou que a produção passasse de autoconsumo para uma produção mercantil voltada para o mercado europeu.

A produção mercantil de fumo desenvolveu-se primeiramente no litoral da Bahia, entre Salvador e Recife. Até 1950 a região do Recôncavo Baiano foi a principal área de cultivo de tabaco (BUAINAIN e FILHO 2009). Após o período colonial até o início do século XX, o tabaco diferenciou-se tanto nas áreas cultivadas como na industrialização e comercialização. Por intermédio de políticas de desenvolvimento, pode-se estimular novas áreas de plantio de tabaco além da Bahia, como Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul (ETGES, 1991).

No começo eram cultivadas diversas qualidades de tabaco no Brasil. Etges (1991) menciona que as variedades de fumo escuro se desenvolveram especialmente na Bahia, as quais eram denominadas Brasil-Bahia. As variedades claras obtiveram seu desenvolvimento na região sul do país, mais precisamente no Rio Grande do Sul, na região de Santa Cruz do Sul. Acerca das direções tomadas pelo tabaco brasileiro, o autor afirma que a primeira e a segunda qualidade eram enviadas para Lisboa e após reexportados para países europeus, por fim, a terceira parte era destinada para o consumo interno brasileiro.

Inicialmente a produção de fumo era incipiente, com mão de obra familiar e processos artesanais. Segundo Prieb (1995) o fumo preliminarmente era remetido ao rapé e subsequentemente destinado à cigarros e charutos. A autora destaca que até 1805 os charutos eram produzidos de forma artesanal, posteriormente desse período surge as primeiras fábricas de charutos e após o século XX o tabaco difunde-se para a produção de cigarro, de forma a estimular o desenvolvimento de indústrias de beneficiamento de cigarro.

Conforme alude Prieb (1995), a industrialização do fumo no Brasil iniciou-se em 1910. A Souza Cruz foi a primeira indústria de beneficiamento a instalar-se no país, mais precisamente em Santa Cruz do Sul-RS. Nas quatro primeiras décadas, a Souza Cruz voltou-se apenas para o beneficiamento do fumo e fabricação de cigarro. Após a década de 50 a empresa decidiu direcionar suas atividades para a modificação de seus processos produtivos. Foi nesse período que a Souza Cruz inseriu fábricas de cigarrilhas, charuto e fumo para cachimbo.

Desde a Segunda Guerra Mundial o Brasil exportava pequenas quantidades de tabaco, situação que perpetuou até início dos anos de 1960. No final da década de 60, o boicote dos

compradores europeus perante o tabaco produzido pela Rodésia – atual Zimbábue, abriu uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento do mercado externo do tabaco brasileiro (BUAINAIN e FILHO 2009). Conforme os autores, a expansão da produção de tabaco só foi exequível devido a dois fatores preponderantes:

[...] a modernização do parque industrial, iniciada no final da década de 1960 no bojo do processo amplo de reestruturação da economia brasileira, e a capacidade da indústria de coordenar a já então complexa rede de suprimentos integrada por milhares de agricultores familiares. A ampliação das oportunidades de exportação atraiu capital estrangeiro para o setor, que passou por significativa reestruturação tecnológica e econômica [...]. A internacionalização do parque industrial teve importantes consequências, entre elas a modernização tecnológica do processamento, a introdução de novas práticas agronômicas, a ampliação do acesso ao mercado internacional [...] e principalmente, a modernização da estrutura de comercialização e da rede de suprimento da matéria-prima, fator-chave para a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional (BUAINAIN e FILHO 2009, p. 43).

As transformações da indústria no final da década de 1960, possibilitaram mudanças em toda a cadeia produtiva de tabaco, desde a inserção do tabaco de estufa, forno, agroquímicos até assistência técnica juntamente com os produtores de fumo (BUAINAIN e FILHO. 2009). Segundo os autores as transformações ocorridas possibilitaram o adensamento da cadeia de forma a fortalecer a economia local diante de novas maneiras de modernização do trabalho e por fim, possibilitaram a ascensão social dos membros das comunidades rurais. Com o passar dos anos o cultivo do tabaco foi adquirindo cada vez mais espaço no cenário nacional do agronegócio, principalmente na pauta das exportações, o qual em 2013 representou 1,35% dos produtos agrícolas exportados. Diante deste ambiente, atualmente o Brasil lidera o *ranking* dos países exportadores de tabaco, e ocupa o segundo lugar no *ranking* dos países produtores desta *commodity* (SINDITABACO, 2013).

#### 4.1.2 Particularidade históricas do desenvolvimento da fumicultura no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul destaca-se como o principal Estado produtor de fumo no Brasil, conforme Etges (1991), este fato deve-se a presença de imigrantes alemães e em virtude de pequenas propriedades de terra que possibilitaram o desenvolvimento desta cultura. O autor ressalta que outro fator a ter estimulado a expansão do fumo neste Estado, foi que o Rio

Grande do Sul se especializou em fumos claros, os quais eram empregados na fabricação de cigarro, indústria<sup>5</sup> esta que estava em grande ascensão.

Ao analisar a produção o fumageira no Rio Grande do Sul, constata-se que a partir de 1960 ocorre uma concentração produtivas em áreas distintas. Até meados de 1950 o tabaco era direcionado basicamente para o autoconsumo, sendo produzido em todo o Estado gaúcho. No decorrer do desenvolvimento industrial a produção foi se concentrando em microrregiões específicas, mais precisamente na região de Santa Cruz do Sul (ETGES, 1991). Neste período a produção deixou de ser essencialmente para autoconsumo e passou a convergir para a indústria de beneficiamento do tabaco.

Segundo Etges (1991), a concentração da produção de fumo ocorreu em áreas menos propícias para agricultura intensiva, como soja, trigo e pecuária, de forma que, o cultivo de fumo tornou-se uma alternativa frente as limitações do solo em certas regiões gaúchas. Outro aspecto de intensificação do cultivo do tabaco no Rio Grande do Sul dar-se-à pequenas propriedades de produção familiar, as quais tem a mão de obra necessária para o plantio do fumo, ou seja, mão de obra intensiva durante uma parte do ano, principalmente na colheita, e no restante do ano se ocupa com outras atividades, como produção de produtos para sua subsistência.

Conforme dados do DESER, constata-se uma concentração da produção de tabaco na Região Sul, a qual, em 2011, compreendeu 98,00% da produção total produzida no país e outros 2,00% distribuídos dentre os demais estados brasileiros. Na Região Sul o Estado do Rio Grande do Sul destaca-se como o maior produtor de fumo, apenas este Estado, no ano de 2011, compreendeu 52,50% de todo o cultivo desta Região. Diante do cenário nacional em que o Estado gaúcho está inserido, é inerente a importância do mesmo para a economia brasileira, principalmente no que se refere as exportações de fumo, em que o Estado se torna o principal fornecedor desta *commodity*.

#### **4.2 Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)**

A partir de comprovações de que produtos provenientes do tabaco ocasionam sérios problemas à saúde pública e que a expansão tabagista tornou-se um problema de cunho mundial, fez com que, em 1999, na 52ª Assembleia Mundial da Saúde, os países membros das

---

<sup>5</sup>Outro aspecto preponderante foi que na Bahia continuava a secagem do tabaco em galpões ou no sol, ao passo que, no Rio Grande do Sul desenvolveram-se novas maneiras de secagem, em estufa, que sustentavam uma maior qualidade do tabaco produzido.

Nações Unidas propusessem o primeiro tratado internacional de saúde pública, a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), o qual foi adotado na 56ª Assembleia Mundial da Saúde em 2003 (BRASIL, 2004).

No ano de 2004, após a fase de assinatura do tratado, 168 países haviam o assinado e 40 países passaram ao processo de ratificação da Convenção- Quadro, inclusive o Brasil. A CQCT entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005 e, desde então, países que não haviam aderido ao tratado começaram ao processo de ratificação e a participar das Conferências das Partes (COP). A Conferência das Partes é a instância deliberativa da Convenção-Quadro, cabe à esta conferência/reunião tomar decisões acerca de como proceder com o tratado em cada país ratificado. Atualmente a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco é considerado o maior tratado internacional em número de adesões, o qual até março de 2014 contava com 178 países ratificados.

Conforme Brasil (2011), a CQCT evidencia a exposição à fumaça do tabaco e seu consumo como problemas de saúde pública com consequências sociais, econômicas e ambientais. Ao articular ações consolidadas nos malefícios proporcionados pelo consumo e exposição à fumaça do tabaco, a CQCT considera o tabagismo uma epidemia global que deve ser amenizada/combateda através de ações que preconizam a proteção da saúde humana.

O objetivo da Convenção-Quadro, previsto em seu artigo 3º é:

Proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco. (BRASIL, 2004, p. 21).

A Convenção-Quadro estabelece parâmetros em âmbito internacional, com o intuito de estimular a conscientização dos malefícios inerentes no consumo do tabaco. Dentre as medidas mais incitadas pela Convenção-Quadro estão propagandas informativas, rotulagem ao tabagismo passivo e o comércio ilícito, ênfase na dependência da nicotina, restrição ao acesso dos jovens ao tabaco e políticas de preços e impostos (SOUZA, 2009). No âmbito da produção a CQCT não proíbe a produção do tabaco pelos países, entretanto, ao defender os malefícios proveniente de seu consumo a Convenção-Quadro estimula a redução da demanda tabagista, a qual traduzirá na diminuição da produção de fumo, comprometendo dessa forma, a estabilidade financeira e econômica dos pequenos produtores inseridos neste complexo (SOUZA, 2009). Para amenizar as consequências de tais ações reducionistas de produção, em



seu artigo 4, parágrafo 6 a CQCT deixa claro “a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência de programas de controle do tabaco” (BRASIL, 2004, p. 21)

Frente à possível redução da produção de fumo, as indústrias tabagistas acabam por perder seu espaço no mercado mundial, de forma a acarretar na redução de seus lucros provenientes da venda do tabaco e seus derivados. Para que este fato não ocorra, as indústrias de tabaco lutam para que as diretrizes defendidas pela CQCT acabam por não entrar em vigor. Dessa forma, conforme o preâmbulo da Convenção para o Controle do tabaco, as Partes [países] envolvidas devem tutelar-se frente as atitudes tomadas pelas indústrias de tabaco, as quais tentam minimizar os efeitos proporcionados pelas ações da CQCT:

Necessitam manter a vigilância ante qualquer tentativa da indústria do tabaco de minar ou desvirtuar as atividades de controle do tabaco, bem como a necessidade de manterem-se informadas sobre as atuações da indústria do tabaco que afetem negativamente às atividades de controle do tabaco... ao estabelecer e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as Partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional. (BRASIL, 2011, p. 9).

Conforme alude Redin (2012), fica evidente o diferente posicionamento de dois grupos acerca das ações propostas pela CQCT. De um lado têm-se o grupo a favor da restrição do cultivo de fumo, como forças da sociedade urbana, áreas ligadas à saúde e preservação ambiental, que alega os malefícios proporcionados à saúde humana decorrentes do cigarro e ambientes onde se cultiva e processa o tabaco. Do outro lado, manifesta-se o grupo que defende a produção do tabaco, que utiliza de argumentos referente ao desenvolvimento econômico que a produção tabagista gera para os pequenos produtores rurais, uma vez que, a cultura do fumo é uma das principais e únicas estratégias rentáveis para muitos agricultores familiares. Dessa forma, ao analisar as propostas defendidas pela Convenção-Quadro, deve-se ter em mente que se trata de um processo que engloba vários segmentos, onde cada parte irá defender seu ponto de vista, de forma a preservar seus interesses individuais.

#### 4.2.1 Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – CONICQ

O Brasil foi o segundo país a assinar o tratado, participou do processo de elaboração e negociação da CQCT. Para subsidiar a implementação deste tratado no país e defender o posicionamento do governo brasileiro nas rodadas de discussões da Convenção-Quadro e nas sessões das Conferências das Partes, foi criada em 1999 através do Decreto nº 3.136 a Comissão Nacional para controle do uso do tabaco (CNCT), à qual passou a denominar em 2003 Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ).

A CONICQ preconiza promover o desenvolvimento, a implementação e a avaliação das estratégias, planos e programas previstos na Convenção-Quadro, de forma que seu principal objetivo consiste, segundo Brasil (2011), em “articular a organização e implementação de uma agenda governamental intersetorial para o cumprimento das obrigações da CQCT”. Através desta Comissão o governo brasileiro elabora medidas de desestímulo ao consumo do tabaco, tanto no âmbito dos consumidores, estabelecendo um aumento nos impostos e preços dos produtos com vistas a reduzir a comercialização, quanto no âmbito da sociedade, elaborando programas e projetos de conscientização dos malefícios provenientes do consumo do cigarro.

#### 4.2.1.1 Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco

Com o intuito de diminuir a produção de tabaco no Brasil, o governo lança mão de políticas de diversificação produtiva, as quais defendem cultivos alternativos para as áreas cultivadas com tabaco. Juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o governo brasileiro elaborou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Para a efetivação do Programa, segundo Redin (2012), o governo consolida suas ações por meio de outros programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Garantia Safra, Apoio à Comercialização, Seguro da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outros.

Conforme Brasil (2015) este programa atua na qualificação do processo de produção e de desenvolvimento das áreas de fumiicultura, assim como na perspectiva da produção ecológica, mediante a redução do uso de agrotóxicos. Ainda neste sentido, Redin (2012) afirma que o Programa tem o intuito de proteger os agricultores fumicultores através de um sistema produtivo sustentável e diversificado que possibilite a geração de renda aliado com à

qualidade das famílias, consolidado em pilares de segurança alimentar, diversificação, desenvolvimento sustentável, participação e parceria.

Por meio do Programa são firmadas parceria com entidades governamentais e não governamentais que possibilitam a realização de projetos de extensão rural, assistência técnica, pesquisa e capacitação, para que dessa forma os produtores rurais consigam obter o apoio e assistência necessária para a elaboração da diversificação produtiva das áreas cultivadas com tabaco. Conforme Brasil (2013), com o intuito de “criar mecanismos que protejam os fumicultores brasileiros de uma situação de vulnerabilidade frente a provável redução do consumo global de fumo”, o MDA já apoiou 75 projetos em seis estados brasileiros, o que totalizou R\$25 milhões em ações de assistência técnica e extensão rural. No decorrer do Programa 45 mil famílias fumicultoras foram beneficiadas, o que envolveu mais de 80 mil pessoas em 600 municípios.

Segundo Brasil (2013) os principais desafios do Programa é dar continuidade as assistências e acompanhamentos das famílias em processo de diversificação, bem como, ampliar o número de famílias aderindo às ações e políticas de diversificação produtiva. Conseguir estender as parcerias estaduais e municipais para dessa forma, conseguir ampliar as capacitações e pesquisas, torna-se outro fator limitador para o progresso do Programa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período de análise, o qual se estende de 2005 a 2013, e a partir de estimações efetuadas pela taxa de crescimento exponencial, pode-se observar que a área plantada de tabaco no Estado do Rio Grande do Sul apresentou uma discreta redução (Quadro 1). O período que mais apresentou queda foi 2011/2012, com 21.136 hectares. Constata-se

um declínio médio de 4.752,53 hectares por ano, o qual corresponde à 2,11% da área total produzida. Dessa forma, mesmo que em pequena escala, percebe-se que algumas propriedades gaúchas já vêm diversificando suas produções, conforme se verá mais adiante.

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	242.180	243.249	231.110	216.196	221.849	220.512	223.867	202.731	203.823

Quadro 1 – Área de tabaco plantada no Rio Grande do Sul (em hectares)

Fonte: Elaborado com base nos dados da FEE (2015).

Ao analisar a quantidade de tabaco produzida no Estado, pode-se observar, conforme o quadro 2, que não houve uma tendência de declínio em todos os anos. No ano de 2006 ocorreu um aumento de 9,85% em comparação ao ano de 2005, e no ano de 2013 verificou-se um acréscimo de 8,58% em relação a quantidade produzida em 2012. Entretanto, ao realizar a média, se constata que a quantidade diminuiu 1,12% no último ano.

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total</b>	430.347	472.726	474.668	445.507	443.813	343.482	499.455	396.861	430.905

Quadro 2 – Quantidade produzida no Rio Grande do Sul (toneladas).

Fonte: Elaborado com base nos dados da FEE (2015).

Um aspecto preponderante para a quantidade produzida não ter diminuído na mesma proporção que a área plantada é a adoção de novas tecnologias no processo de produção, o que é corroborado pelas pesquisas de Redin (2015) quando alude que no período recente, a adaptação da produção com novos métodos e inserção de novas tecnologias, permitiu ao produtor a obtenção da mesma quantidade produzida em uma menor área plantada. O autor mostra, também que o desenvolvimento da industrialização aliado à modernização da agricultura, propiciam para que as famílias fumicultores se insiram em um contexto de transformações sociais.

Nesta mesma linha de análise, o representante da Afubra especifica ainda mais a forma de desenvolvimento desse processo, ou seja, os avanços tecnológicos que estariam ocorrendo no setor fumageiro gaúcho vão desde o desenvolvimento de melhores sementes até a secagem do tabaco. Percebe-se dessa forma, que em diferentes partes do processo produtivo, verifica-se alguma forma de incorporação tecnológica que permite a expansão da produção mesmo com uma discreta redução da área cultivada.

Em relação aos rendimentos provenientes do uso de novas tecnologias nos estabelecimentos fumicultores, Redin (2015) mostra que estas adoções são cruciais no concernente à eficácia econômica das propriedades. Já para o representante da Afubra, as alterações tecnológicas recentes implicam no aumento da produção do tabaco e ao mesmo

tempo, uma redução dos custos inerentes no processo produtivo, de maneira a possibilitar maior lucratividade ao produtor.

Ao examinar os valores gerados no setor fumageiro gaúcho no período de análise, percebe-se que estes vêm apresentando um aumento ano após ano (Quadro 3), mesmo que a quantidade produzida esteja diminuindo. Os valores do quadro 3 estão deflacionados pelo IGP-M, com ano base 2005. O valor gerado apresentou um acréscimo 0,026% no último ano. Este cenário pode estar aliado a mecanização, técnicas modernas, novas sementes e insumos químicos, de forma que o produtor consiga produzir um tabaco de melhor qualidade e consequentemente obter uma melhor remuneração no momento da comercialização.

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total</b>	1.618.326	1.732.470	1.667.957	1.721.145	1.833.435	1.479.119	1.840.182	1.511.054	1.779.858

Quadro 3 – Valor Gerado no Rio Grande do Sul (R\$ mil).

Fonte: Elaborado com base nos dados da FEE (2015).

O incremento de novos métodos produtivos, que muitas vezes facilitam o trabalho dispendido pelos agricultores na produção, juntamente com uma melhor remuneração, pode sinalizar que os produtores não se sintam dispostos em reconverter sua cultura principal: o fumo em folha. Outro fator a ser destacado neste ambiente de reconversão, é que os produtores de fumo estão atrelados a um cenário cultural. No Rio Grande do Sul o cultivo do tabaco é passado de pai para filho, de forma que a família apresenta todos os conhecimentos necessários para produzir fumo com a qualidade requerida pelas empresas processadoras.

De acordo com Prieb (2005), a fumicultura está atrelada a um “saber camponês” que se torna essencial para dar continuidade ao processo produtivo. Entretanto este conhecimento acaba por deixar o produtor alienado a cultura de forma a apresentar dificuldades na busca de novas alternativas que oportunizam inserções em novos mercados. Além disso, vale ressaltar que outro aspecto que dificulta a diversificação das famílias é a dependência econômica. A fumicultura representa a principal atividade econômica das famílias, de forma que estas sentem-se inseguras para buscar novas alternativas/culturas das quais não tem conhecimento e que irá proporcionar a mesma rentabilidade em um pequeno espaço de terra como a fumicultura.

Em relação à alta rentabilidade em pouca área de terra, vale ser analisado o tamanho das propriedades fumicultoras gaúchas e qual a proporção desta destinada para o plantio do tabaco. Ao observar o quadro 4, constata-se que a produção de fumo no Rio Grande do Sul está atrelada a pequenas propriedades rurais. A maioria dos estabelecimentos (32,30%) compreende até 5 hectares de terra, seguindo das propriedades que englobam de 11 a 20 hectares (29,30%).

<b>Hectares</b>	<b>Percentual (%)</b>
0 a 5	32,30
6 a 10	17,90
11 a 20	29,30
21 a 30	11,20
31 a 40	5,90
Acima de 41	3,40
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Quadro 4 – Número de hectares da propriedade

Fonte: Elaborado com base nos dados do NUPES (2015).

Frente a situação dos produtores de fumo no tocante ao tamanho das propriedades<sup>6</sup>, a diversificação produtiva torna-se mais complexa. O tamanho médio dos estabelecimentos pode apresentar-se como um fator limitador perante a escolha de determinados tipos de culturas, fundamentalmente, devido ao fato de que as culturas tradicionais, como soja e arroz, não apresentarem competitividade em pequenas propriedades. Assim, os produtores muitas vezes persistem na tradicional “escolha” produtiva em virtude de não conseguir alternativas viáveis para a diversificação.

Para corroborar com a afirmação de que a produção de fumo ocupa uma pequena área para seu cultivo, é relevante analisar o quadro 5. Conforme este quadro certifica-se que a grande maioria, 54,56%, das propriedades utilizam até 2 hectares para a produção de fumo, seguida das propriedades que ocupam de 3 a 4 hectares para o plantio (33,27%). Dessa forma, é possível averiguar que por mais que o complexo fumageiro gaúcho esteja atrelado a

<sup>6</sup> Na verdade, possuir em média 5 ha de terra pode parecer uma propriedade com razoável potencial de diversificação produtiva. Entretanto, há que se considerar, conforme mostra ETGES, que a parcela territorial passível de utilização produtiva é reduzida, considerando as especificidades da área total do estabelecimento. Conforme o autor, a expansão da produção de fumo tem-se dado nas regiões marginalizadas não aptas para a produção ao cultivo de soja, arroz, pecuária, de forma a ampliar o consumo de fertilizantes para o melhoramento do solo.

pequenas propriedades familiares, utiliza-se apenas uma pequena parcela da área total da propriedade para a produção de fumo.

<b>Hectares</b>	<b>Percentual (%)</b>
0 a 2	54,56
3 a 4	33,27
5 a 6	8,56
7 a 8	1,90
Acima de 9	1,71
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Quadro 5 – Número de hectares com tabaco

Fonte: Elaborado com base nos dados do NUPES (2015).

O quadro 6 mostra que o número de produtores envolvidos no cultivo do Rio Grande do Sul está diminuindo, entretanto não é uma redução em grande escala. Em 2005 havia 99.253 produtores de tabaco no Estado já em 2013 este número reduziu-se para 82.740, o que representa uma queda média de 1,82% anual.

<b>Ano</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Total</b>	99.253	99.428	92.474	92.201	95.621	94.780	94.890	85.560	82.740

Quadro 6 – Número de Produtores de tabaco no Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado com base nos dados do SINDITABACO (2015).

Viu-se anteriormente no Quadro 1, que no Rio Grande de Sul, verificou-se uma redução na área plantada de tabaco no período de 2005 a 2013. Vale tecer algumas considerações acerca das principais alternativas buscadas pelos produtores frente ao quadro que se apresenta. Se ocorreu redução da área plantada com fumo, conforme visto anteriormente, vale investigar qual a dotação efetuada pelos produtores no que diz respeito às áreas sobrantes. Além disso, mostrar qual o ideário, para além da produção fumageira, apresentado pelos diferentes atores que mantem algum tipo de relação com os agricultores familiares fumageiro no que concerne à forma de condução de suas explorações. Neste sentido, alia-se os resultados das pesquisas

do NUPES, juntamente com as entrevistas realizadas com representantes do SINDITABACO, Afubra e Emater – escritório de Santa Cruz do Sul/RS.

Segundo a pesquisa do NUPES, considerando a totalidade das propriedades fumicultoras do Rio Grande do Sul, a grande maioria (92, 96%) possuem criatórios de aves (Quadro 7). Entretanto vale destacar que na maior parte dos casos, os produtores criam para o consumo humano, sem comercializar. A mesma situação acontece com a criação de bovinos de corte (74,14%) e de leite (77,76%), onde a maioria dos agricultores produzem para o consumo próprio, comercializando apenas o excedente. Frente a este cenário, uma alternativa para diminuir a dependência com o tabaco, poderia ser incentivar o aumentar desses criatórios permitindo um incremento produtivo com a finalidade de comercialização. Isso permitiria ao agricultor, a auferição de uma renda diversificada não proveniente da produção de fumo. Entretanto, se há vantagens no concernente à uma atividade em que os produtores já detêm certo conhecimento produtivo, há, contudo, entraves/desafios quando se considera as rígidas exigências na comercialização, a exemplo da necessidade de certificação.

<b>Criação</b>	<b>Percentual de produtores que cria</b>	<b>Média de cabeças</b>
Avicultura	92,96	48
Bovino de corte	74,14	6
Bovino de leite	77,76	3
Suíno	82,26	6

Quadro 7 – Atividades de origem animal nas propriedades

Fonte: Elaborado com base nos dados do NUPES (2015).

No que se refere a diversificação das culturas, o representante do SINDITABACO informou que este órgão incentiva os produtores a plantar milho e feijão logo após a colheita do tabaco, como uma forma de aproveitar os resíduos dos fertilizantes utilizados para o plantio do fumo, que ainda estão residualmente nas áreas de fumo e que devido a isso, apresentariam um custo de produção inferior em relação a outros cultivos, cujas possibilidades de comercialização seriam questionáveis. Além disso, a produção não



comercializada poderia ser utilizada para o autoconsumo<sup>7</sup>. Outro incentivo defendido pelo SINDITABACO são o incremento produtivo atual em áreas de reflorestamento. É sabido que a maior parte dos processos produtivos fumageiros, contam com a utilização de fornos que utilizam lenha para promover a cura das folhas de fumo, assim, o produtor não necessitaria comprar a lenha. Uma produção adicional de lenha certamente teria mercado consumidor para a produção de móveis e outras funções.

Ao analisar o quadro 8, certifica-se que o cultivo do milho se encontra em 68,06% das propriedades fumicultoras gaúcha. Dessa forma, a alternativa proposta pelo SINDITABACO poderia ser implementada considerando que a média de hectares cultivados de milho nas propriedades é 2,99, e que a média de hectares plantados com tabaco gira em torno de 2 hectares (conforme quadro 5). Da mesma maneira, o feijão, segundo produto mais cultivado nas propriedades fumicultoras, poderia se tornar uma alternativa para a diversificação das famílias.

<b>Cultura</b>	<b>Percentual de produtores que cultiva</b>	<b>Média de hectares plantados</b>
Milho	68,06	2,99
Feijão	54,56	0,41
Laranja	69,77	0,07
Outra cultura na restava do fumo	72,26	2,44
Mandioca/Aipim	69,96	0,22
Cana de açúcar	40,11	0,47

Quadro 8 – Atividades de origem vegetal nas propriedades

Fonte: Elaborado com base nos dados do NUPES (2015)

Já o representante do escritório da Emater do município de Santa Cruz do Sul/RS, afirma que as principais iniciativas da instituição para a diversificação produtiva das áreas fumageiras é por meio do propósito de organizar os agricultores para abastecer alguns nichos

<sup>7</sup> Autoconsumo refere-se à produção para consumo próprio, consumida no interior do estabelecimento, de forma a garantir a autossuficiência alimentar da família e da unidade produtiva.

de mercado, como alimentação escolar, programa de aquisição de alimentos em feiras. Verifica-se que o incentivo da Emater volta-se principalmente para produtos de horticultura que podem ser cultivados em pequenas áreas. De acordo com Reifschneider e Lopes (2015), a produção de hortaliças no Brasil depende especialmente de pequenos produtores, capitalizados ou não. Para os autores futuramente a demanda por hortaliças aumentará, de forma a oportunizar maiores nichos de mercados para esses produtos.

O representante da Emater alude que vários produtores já diversificaram suas atividades e que hoje estão satisfeitos economicamente, ao mesmo tempo em que relatam terem melhor qualidade de vida. Conforme a Emater isto é um indicativo de que é possível mudar a matriz produtiva sem interferir na receita, e em alguns casos aumentar a receita em comparação com o que auferiam com o tabaco.

Dentre os principais entraves percebidos pela instituição está a mão-de-obra, de forma que muitos querem investir em novas atividades mas acabam esbarrando na escassez de mão-de-obra. Outro problema relatado refere-se a dificuldade de sustentar financeiramente o agricultor, para suprir esta lacuna precisa-se mais mercados para comercializar a produção, entretanto a comercialização precisa de uma logística que a instituição não está preparada para enfrentar, de maneira que a incerteza de mercado acaba inibindo o produtor a investir.

## 6 CONCLUSÕES

A monografia buscou mostrar a evolução recente da agricultura familiar articulada ao complexo fumageiro gaúcho, contudo antes procurou evidenciar dois marcos teóricos que norteassem a temática dentro de um escopo analítico mais amplo. Os elementos teóricos permitiram compreender que a fumicultura brasileira faz parte de um complexo agroindustrial que mostra certas especificidades quando se analisa a recência dos demais complexos, além de ser um dos complexos mais antigos do país. Por esse motivo, vale ressaltar a importância dos estudos que vinculam as abordagens que consideram os aspectos históricos contidos na conceituação. A agricultura familiar é um conceito cujos teóricos da literatura especializada enfatizam as novas determinações, discussão tal como a pluriatividade.

O foco central é, contudo, a análise das alterações produtivas no concernente à produção de fumo em folha, frente a Comissão-Quadro. Uma conclusão geral é de que esse processo vem ocorrendo de forma lenta. A análise do conjunto de informações qualitativas de representantes das principais instituições envolvidas remete a uma crença de que no curto prazo, não se vislumbrará uma queda significativa da produção.

Especificamente, os resultados indicam que as áreas plantadas de fumo no Estado estão diminuindo, entretanto, a quantidade produzida não está diminuindo na mesma proporção. Uma análise mais acurada dos resultados indica que houve incremento de novos métodos ao processo produtivo, de forma que, o agricultor consegue obter uma maior quantidade de fumo em folha em uma menor área de cultivo.

As novas tecnologias são fornecidas pelas próprias indústrias processadoras que os produtores se integram. De modo que, as indústrias conseguem deter controle sobre o que estará sendo produzido e “influenciar” os produtores a produzir nos parâmetros de qualidade requeridos pelo elo mais forte do Complexo Agroindustrial Fumageiro.

Por se tratar de pequenos produtores familiares que possuem propriedades, em média, com 5 ha, as alternativas de diversificação se tornam limitadas. Como o fumo é uma cultura que consegue obter um considerável rendimento em pequenas áreas de terra, os produtores acabam por não se sentirem preparados para diversificar, por receio de não obter a mesma remuneração que o tabaco. Os resultados acerca da evolução do valor gerado durante o período considerado permitem concluir que os produtores de fumo persistem na atividade em função dos resultados obtidos. Dessa maneira, culturas que necessitam de grandes extensões

de terra para gerar um melhor rendimento, como soja e arroz, não se enquadram na realidade das propriedades fumageiras gaúchas.

Uma alternativa proposta pela Emater – escritório de Santa Cruz do Sul/RS, é o cultivo de hortaliças. Como cada vez mais as pessoas estão preocupadas com sua saúde e demonstram preferência por produtos mais orgânicos, a proposta se torna viável, contudo, vale analisar até que ponto o mercado está preparado para absorver toda a produção. Já o SINDITABACO, defende o plantio de milho e feijão na resteva do fumo, como forma de conseguir um menor custo de produção devido ao fato que parte dos fertilizantes utilizados para o cultivo do tabaco ainda estarão na terra.

Contudo, a entrevista realizada com o representante do SINDITABACO, tornou patente a preocupação com relação a comercialização da produção dos cultivos propostos, por outras entidades à exemplo de hortaliças e orgânicos. Na verdade, o representante do SINDITABACO apresenta uma proposta do tipo “mais do mesmo”, na aparência uma preocupação com a renda do produtor, mas, na essência um diagnóstico que orienta o produtor a manter sua atual forma de ofertante de fumo em folha com qualidade para as empresas fumageiras. Assim, na orientação proposta, os produtores não gastarão tempo em aprender novas tecnologias de produção e de comercialização mantendo-se em algo que poderia ser denominado de superação negativa em um processo de reconversão produtiva, nos moldes sugeridos pelo MDA e Emater.

De qualquer modo, a reconversão produtiva das áreas de tabaco é tema relevante de análise quando se trata da exploração familiar, e deve ser considerado elementos de viabilidade, custos de produção, mercado consumidor, o que foge ao escopo analítico do presente trabalho. Contudo, além das estratégias produtivas parece indissociável análise das diferentes formas de ocupação dos agricultores familiares.

A temática abordada acerca da agricultura familiar e pluriatividade permitiu compreender que há diferentes estratégias de inserção da família rural, que transcende a ocupação agrícola. Assim, no caso da pluriatividade os agricultores podem estabelecer estratégias de diversificação tanto externa com internamente à sua propriedade, de forma que possibilite uma melhor adequação frente as novas formas de interação com o meio em que vivem. Ao mesmo tempo em que viabiliza ao indivíduo exercer uma atividade não-agrícola, a pluriatividade também proporciona ao agricultor a oportunidade de diversificar a sua produção agropecuária já existente. Ao diversificar a produção, o agricultor deixa de

dependem financeiramente apenas de uma cultura, fato que o ajuda a adaptar-se ao ambiente social e econômico em que está inserido.

## REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e o uso do solo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, vol.11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 1997.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-projetosespeciais/programa-nacional-de-diversifica%C3%A7%C3%A3o-em-%C3%A1reas-cultivadas-com-tabaco>, acesso em: 17 de junho de 2015 às 14:21.

BRASIL, Ministério da Saúde. **A importância e urgência da diversificação de produção em áreas que produzem tabaco no Brasil**. Instituto Nacional do Câncer-INCA. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades**. Instituto Nacional do Câncer-INCA. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. Instituto Nacional do Câncer-INCA. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: Diretrizes para implementação dos Artigos 5.3, 8º, 11 e 13**. Instituto Nacional do Câncer-INCA. Rio de Janeiro, 2011.

BUAINAIN, A. M., FILHO, H. M. de S. **Agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável – Organização e funcionamento do mercado de tabaco no sul do Brasil**. 1. ed. São Paulo: UNICAMP, 2009.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. D.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano.5, n.10, p. 312-347, jul./dez. 2003

DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. 1. ed. São Paulo: UNICAMP, 1985.

DESER, Departamento de Estudos Sócios-Econômicos Rurais. **Informações Atualizadas do Mundo do Tabaco**. De olho no Mundo do Tabaco, n. 13, out. 2013.

ETGES, V. E. **Sugestões e resistências**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

FROEHLICH, J, M. As novas ruralidades precisam ou merecem (novas) políticas públicas? In: FROEHLICH, J, M. (Org); DIESEL, V. (Org). **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2009. p. 179-189.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GONÇALVES, J. E. Contextualização do complexo agroindustrial brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto/SP. **Anais...**Ribeirão Preto: Sober, p. 1-11, 2005.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas no desenvolvimento rural. **Revista Agroalimentaria**, v.16, n. 31, pg. 65-79, jul./dez. 2010.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. São Paulo: Paz e Terra, 1989. 362p.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. 1. ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

MARKONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza. v. 45, p. 71-79, 2014.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

MÜLLER, G. Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo. **Estudos avançados**, São Paulo [online], v.3, n.7, p. 109-136, set./dez. 1989.

MÜLLER, G. Insistindo na recência do complexo agroindustrial brasileiro. **Revista de Economia Política**, [S.l.] v. 3, n.2, p. 145-153, abr./jun. 1983.

PRIEB, R. I. P. **Fábrica de Ilusões**: O caso dos pequenos produtores do fumo de Santa Cruz do Sul. 1995. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1995.

PRIEB, R. I. P. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. 1. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

PRIEB, R. I. P., RAMOS, P., SOUZA, M. Elementos para análise da situação atual e perspectivas da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 15, Santa Maria, 2003.

REDIN, E. **Família rural e produção de tabaco**: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

REDIN, E. Fumicultura: interfaces entre o real e o ideal. **Revista Informe GEPEC**, [S.l] vol. 16, n.2, p. 21-38, jul./dez.2012.

REIFSCHNEIDER, F. J. B.; LOPES, C. A. Horticultura brasileira sustentável sonho eterno ou possibilidade futura? **Revista de Política Agrícola**. v. 24, n. 2, p. 90-101, abr./mai./jun. 2015.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [S.l] vol. 18, n. 51, p.99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**. v. 16, n. 3, p. 15-34, jul./Ago./Set. 2007.

SCHRÖDER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa de Ciências Sociais-ANPOCS, Caxambu-MG. **Anais...Minas Gerais**, 25-29 de out. 2010.

SILVA, J.G. **Tecnologia e agricultura familiar**. 1. ed. Porto Alegre: UNIVERSIDADE, 1999.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

SILVA, J.G. **O novo rural brasileiro**. Revista Nova Economia. v.7, n.1, p.43-81, mai.1997.

SILVA, J. G.; GOSSI, M. D.; CAMPANHOLA, C. **O que há realmente de novo no novo rural brasileiro**. Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília, v. 19, n.1, p.37-67, jan./abr. 2002.

SINDITABACO, **Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco**. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br>>. Acesso em: 24 abr. de 2015.

SOUZA, R. P. **Convenção - Quadro para Controle do Tabaco**: Reflexões sobre o futuro da fumicultura brasileira. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR-BA, 2002.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 – 1993).** Curitiba: 1994.

WANDERLEY, M.de. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Minas Gerais, 1996.